

FERNANDO DE AZEVEDO E A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL¹

FERNANDO DE AZEVEDO AND PHYSICAL EDUCATION IN BRAZIL

Cláudia Elizandra Lemke², Lucineia Aparecida Gras Silva³

¹ Artigo fruto das discussões do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (PPGEC/UNIJUÍ) sobre as contribuições de Fernando de Azevedo para a Educação nacional.

² Bolsista e discente doutoranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (PPGEC/UNIJUÍ)

³ Pós-graduada em Ensino de Ciências e matemática e em Transtorno do Espectro Autista. Graduada em Matemática e Física (Licenciatura). Docente na rede municipal de ensino de Santo Ângelo-RS.

RESUMO

Fernando de Azevedo é um nome importante na história da educação, contribuindo principalmente com o movimento pedagógico da Escola Nova. Com relação à Educação Física no Brasil, o presente artigo apresenta as contribuições do educador como: cunhar o termo científico “Educação Física”, a inclusão e o reconhecimento da área como disciplina obrigatória no ensino primário e secundário. Apesar disso, a pesquisa permitiu-nos constatar que Azevedo é um grande apreciador da eugenia e dos métodos higienistas e, apesar de essenciais na época para a justificativa da implementação da Educação Física na escola, foram contributos para uma Educação Física disciplinadora, rígida e fora dos ideais emancipatórios, vinculados ao higienismo colaborando para a visão emergencial e positivista da área.

Palavras-chave: Educação. Currículo. História.

ABSTRACT

Fernando de Azevedo is an important name in the history of education, contributing mainly to the pedagogical movement of the New School. Regarding Physical Education in Brazil, this article presents the educator's contributions, such as: coining the scientific term "Physical Education", the inclusion and recognition of the area as a mandatory subject in primary and secondary education. Nevertheless, the research allowed us to see that Azevedo is very fond of eugenics and hygienist methods and, although essential at the time to justify the implementation of Physical Education at school, they were contributions to a disciplinary Physical Education, rigid and out of the emancipatory ideals, linked to hygienism, contributing to the emergent and positivist vision of the area.

Keywords: Education. Resume. History.

INTRODUÇÃO

Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, entre outros autores, são os educadores responsáveis pela assinatura do Manifesto de 1932, em que se defendia uma escola



pública com ensino laico, sem privilégios econômicos, para que a educação pudesse tornar-se um instrumento democrático (MENEZES, 2001). Com o movimento pedagógico da Escola Nova, novos contornos eram pretendidos para as práticas educativas do Brasil, como o diálogo das práticas pedagógicas e curriculares e a descentralização da figura do professor.

Tendo em vista a Educação Física no Brasil, compreendemos que, no final do século XIX e início do século XX, nomes como o de Fernando de Azevedo propiciaram reconhecimento da área na escola do Brasil, gerando importância sobre ela, como uma prática social estruturada com os fundamentos técnicos e científicos médico-higienistas e conhecimentos biológicos (MENDES; NÓBREGA, 2008). Assim, surge a proposta deste estudo: apresentar as contribuições de Fernando de Azevedo para a história da Educação Física brasileira.

Fernando de Azevedo foi de tal importância para a Educação Física brasileira que impactou a opinião pública sobre a relevância da área, que, inicialmente, emergiu de modelos similares aos de Monteiro Lobato (COSTA, 2005). Neste sentido, não podemos esquecer de mencionar Rui Barbosa, que, entre outros líderes políticos do final do século XIX, promoveu a Educação Física.

METODOLOGIA

O presente estudo pretende analisar algumas das contribuições de Fernando de Azevedo para a Educação Física no Brasil. A pesquisa é de caráter qualitativo, consistindo em uma revisão bibliográfica e uma análise documental (GIL, 2008). Ampara-se em fontes históricas, como livros, revistas, artigos científicos, Dissertações e Teses, além de outros documentos disponíveis no Portal de periódicos da CAPES, SciELO e Google Scholar, que tratam da História da Educação e da Educação Física escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fernando de Azevedo nasceu no ano de 1894 em São Gonçalo e faleceu em 1974, ocupou muitos cargos administrativos na esfera educacional, dentre os quais podemos destacar diretor de diversos institutos de educação, diretor de faculdades, Secretário de educação do município de São Paulo e participação na fundação da Universidade de São Paulo em 1934 (PENNA, 2010). Ele é considerado figura chave da educação, participando de grandes



momentos da história da educação, como a criação do Ministério da Educação (na época, Ministério da Educação e Saúde) no ano de 1930, bem como ajudando a formular as concepções da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional em 1961. Fernando de Azevedo participou ainda da Reforma Universitária em 1968 (COSTA, 2019).

Fernando de Azevedo é considerado um importante contribuinte da História da Educação Física brasileira, sendo reconhecido pela Organização da Educação Física no Brasil devido à sua relação com a reforma do Distrito Federal e suas publicações para a área. O educador, em uma entrevista publicada na revista *Educação Física*, n. 5, 1936, p. 45 – 47, propôs sobre a Educação Física:

Quando começou a interessar-se pela educação física? Foi por uma época em que quase ninguém se interessava por esses assuntos e eu era muito moço, de cerca de 21 anos. Professor substituto de latim num gymnasio official, em Minas, impressionou-me profundamente, nesse primeiro contacto com a educação no Brasil, o descaso, a quase total indiferença pela educação física nas escolas (...) foi creado então, por sugestão minha, a secção de educação física, neste gymnasio. O lugar foi posto em concurso. Escrevi um livro. A cadeira não me foi dada, mas o livro ficou, e, o que é mais importante, ficou-me até hoje por esse grande problema um interesse vivo e irrequieto, que me tem animado nas campanhas que empreendi ou que tomei parte, pela educação física, no Brasil.

Para além disso, é mentor e um dos redatores do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, que propõe os princípios de uma educação democrática, significativo movimento para a História da Educação no país. Com sua tese pioneira da Educação Física, o educador acabou por contribuir com 25 livros para a educação brasileira, dentre os quais destacamos: *Novos Caminhos e Novos Fins* (1922); *Princípios de Sociologia* (1935); *A Educação e Seus Problemas* (1937); *Sociologia Educacional* (1940); *A Cultura Brasileira, Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil* (1943); *As Universidades no Mundo do Futuro* (1947); *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil* (1948); *Um Trem Corre Para o Oeste* (1950); *Na Batalha do Humanismo* (1952); *A Educação Entre Dois Mundos* (1958) (PILETTI, 1994; PENNA, 2010).

O convite para a redação do Manifesto foi um reconhecimento pelas suas intensas atividades desenvolvidas na educação e seu papel na Companhia Editora Nacional, importante editora da época no Brasil, bem como a criação, desenvolvimento e direção da Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB) (CARREIRA, 2001). O educador acumula também, ao longo de sua vida, diversos prêmios: Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras (1944); Cruz de Oficial de Legião de Honra, da França (1947); Prêmio de Educação Visconde



de Porto Seguro, conferido pela Fundação Visconde de Porto Seguro, de São Paulo (1964); Prêmio Moinho Santista (1971) em Ciências Sociais. Além disso, pertenceu à Academia Paulista de Letras (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2017).

Conforme Magalhães (2005), na obra *Novos Caminhos e novos fins*, do ano de 1932, publicada por Fernando de Azevedo, há um capítulo sobre a importância da higiene física na escola, demonstrando a relevância da Educação Física com fins didáticos. Na *Revista da Educação Física*, em 1933, o educador foi homenageado sendo considerado um símbolo da educação, em que se apresenta o seguinte trecho de Azevedo sobre a área:

A árvore dessa disciplina, mergulhando em suas raízes no solo ferraz da fisiologia e haurindo a seiva do domínio inteiro da pedagogia moderna, deve elevar seus ramos vivificadores para todos os programas educativos e abranger sob sua copa exuberante a vida escolar e doméstica (BONORINO, 1933, s.p).

Em 1936, Fernando de Azevedo é reconhecido por revistas da época como o precursor da palavra científica “Educação Física”, em conjunto com seus elementos fisiológicos, sua fundamentação, a importância e o reconhecimento do exercício físico para a saúde (ROMERO, 1990; CASTELLANI FILHO, 2010).

A História da Educação Física no Brasil inicia-se em conjunto com a história militar e segue por determinados anos confundindo-se em meio aos momentos militares liderados. No ano de 1810, temos o primeiro indício desse cruzamento histórico, com a criação da Academia Real Militar pela Carta Régia em 04/10/1810 (CASTELLANI FILHO, 2010). Nessa carta, D. João VI incorporou-a à Escola de Artilharia e Fortificações, criada em 1792. Atualmente, a academia ainda existe e chama-se Academia Militar das Agulhas Negras.

Outro acontecimento importante na história da Educação Física escolar, posterior à criação da academia militar, é o “Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos”, no ano de 1823, por Joaquim Antônio Serpa, que postulava sobre a educação, a saúde e o corpo (CASTELLANI FILHO, 2010). Esses eventos auxiliaram na construção oficial da Educação Física na escola, que aconteceu com a Reforma Couto Ferraz (DARIDO, 2003).

Neste sentido, podemos compreender como um marco para a inserção da Educação Física na escola, a Ginástica escolar, que foi inserida como diferencial à elite do Colégio Pedro II (CUNHA JÚNIOR, 2003). Em 1854, três anos posteriores à aprovação das reformas do ensino primário e secundário, a ginástica tornou-se obrigatória para o primário e a dança, para o ensino secundário (DARIDO, 2003). O termo “Educação Física”, até aquele momento, não tinha sido cunhado, atendendo sempre pela perspectiva da ginástica, baseada nos métodos



ginásticos utilizados pelos militares, os quais emergem no contexto de sua inserção no ensino do Brasil.

Com a Educação Física presente na escola (mesmo que com a nomenclatura de Ginástica), o próximo movimento na área foi com relação à defesa da importância do profissional/ professor de Educação Física, ocorrida em 1857, com a preocupação de diretrizes para a formação de professores, com os princípios determinados pelos médicos higienistas (GONDRA, 2004). É importante contextualizar que, desde 1835, iniciaram-se as Escolas Normais com o objetivo de formar professores (BUSCH, 1946). Nessa perspectiva, é que, em 1862, surgiu o Regulamento que estabelece a cadeira de Ginástica na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro com as relações do processo de formação de professores da área.

Para Villela (2005), esse regulamento estabeleceu a importância do profissional especializado para promover a perspectiva de higiene, ginástica e educação corporal exigida na época. Com a implantação do método ginástico alemão no país, em conjunto com a nomeação dos alferes alemães no Méier para fundar a ginástica da escola militar, podemos dizer que o caráter da Educação Física escolar era baseado na preocupação com questões higiênicas, com aulas apenas práticas e a visão individualista de saúde.

Podemos citar que a Educação Física escolar passou a largos passos em pouco tempo no Brasil, desde sua inserção na escola até 1879, com a consolidação por meio da Reforma Leôncio de Carvalho (Decreto n. 7.247) da inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores aos das demais disciplinas, com a valorização profissional do professor de Educação Física.

No ano de 1882, o projeto nº 224 do Parecer de Rui Barbosa realizou uma reforma no ensino primário em diversas instituições públicas, sendo que a “Educação Física” teve um destaque especial, principalmente com relação à ginástica na escola, os professores e suas horas de práticas incluídas nos recreios e no final das aulas. Nesse contexto é que se perpetuou “mente sã em corpo sã”, com compreensões que refletem até os dias atuais sobre os entendimentos da Educação Física escolar (CASTELLANI FILHO, 2010). A proposição dessa reforma possuiu uma instituição complementar no ano seguinte, que Lourenço Filho (2001) apresentou como o primeiro parecer que tratou da Educação Física no ensino superior.

O parecer nº 224, para Castellani Filho (2010), serviu de referencial para as primeiras décadas do século XX que defendem a Educação Física no ensino brasileiro. Assimilado pelos



higienistas da época, o referido documento propôs a extensão da ginástica para todos os sexos na formação de professores nas escolas primárias em todo território nacional.

Na década de 20, Fernando de Azevedo já era considerado um ilustre pedagogo e, em parceria com a Associação Brasileira de Educação - ABE e a Associação Cristã de Moços (ACM), ele debateu questões sobre a formação de hábitos saudáveis e a eugeniação da raça brasileira, apontando para a defesa da Educação Física, salientando ainda os aspectos culturais e históricos da área (LIMA, 2001). Conforme Lima (2001), Rui Barbosa e Fernando de Azevedo, naquela década, respaldam a “Educação Física” como ferramenta para uma raça saudável, formando cidadãos, ou mesmo homens disciplinados e mulheres com o corpo natural para formar outros cidadãos.

A Educação Física no Brasil, na sua constituição histórica, sofreu inúmeras influências militares e higienistas, sendo que a atividade física era compreendida como essencial na formação de indivíduos fortes, saudáveis (CASTELLANI FILHO, 1994). Além disso, podemos olhar com atenção para a segunda metade do século XIX até 1930, em que existiam fatores primordiais para as compreensões com relação ao andamento da história da área como as elaborações de concepções sobre o corpo e mesmo a utilização do corpo como força de trabalho. Estamos no período em que se consolida a burguesia como classe dominante no Brasil e o uso dos exercícios físicos justificam-se no cenário de uma ideia de promoção da saúde, a qual precisaria contemplar também os aspectos físicos (ARAÚJO; ARAÚJO, 2013). Interessa notar aqui é que, com isso, a “Educação Física” surgiu e consolidou-se como uma atividade escolar. O discurso que justifica essa inserção pautava-se pela ideia de que ela pode integrar e auxiliar no objetivo de formação integral do ser humano, contemplando os aspectos físicos, passando, como, atividade escolar, a integrar o discurso médico que incentivava a sua prática.

É importante frisar que, na década de 1930, o Presidente Getúlio Vargas apresentou um novo cenário para o país com a derrubada da constituição, o início de uma revolução em 1932 e a promulgação de uma nova constituição em 1934, tornando-se um divisor de águas na História do Brasil. Nesse cenário, a elite brasileira repercutiu um discurso em torno da raça, com a determinação biológica das limitações das raças brasileiras, o que era visto como uma das características que impedia o Brasil do seu crescimento (GÓIS JUNIOR, 2009). Neste sentido, procurava-se estabelecer princípios, normativas, instruções e até adequações para que



a elite brasileira pudesse continuar na sua posição, não sendo ou não possuindo interferências por parte de outros agentes da sociedade, principalmente a classe operária.

Essa influência auxiliou na formação das primeiras instituições de formação em Educação Física no Brasil, muitas criadas ao longo da década de 30, tendo, como fator primordial para esses acontecimentos, as contribuições da reforma do ensino do Distrito Federal realizada por Fernando de Azevedo, em 1928, com as diretrizes e orientações do projeto de lei do Rui Barbosa (PENNA, 2010). Para Góis Júnior (2009), era uma época conturbada, com muitos pensadores afirmando que os problemas do Brasil residiam na falta de intervenções do Estado em cuidar da população brasileira, logo o Estado deveria proporcionar melhores condições de vida para a população e, naquele momento, Fernando de Azevedo propôs suas ideias.

Com relação à Educação no Brasil, ocorreram diferentes reformas educacionais no ensino primário e secundário nos estados brasileiros entre 1920 e 1928, as quais incluíram a “Educação Física” como componente curricular das escolas. Destacamos que o Ministério de Guerra do país na data de 10/01/1922 criou o Centro Militar de Educação Física com o objetivo de difusão dos métodos da Educação Física (CASTELLANI FILHO, 2010). Até o presente ponto da história, a introdução da “Educação Física” no ensino do Brasil foi sistemática e não podemos ignorar a importância dos militares nesse aspecto (CASTRO, 1997).

Neste sentido, o Brasil foi considerado fraco com hábitos anti-higiênicos, de modo que, para serem saudáveis os brasileiros, segundo os médicos da época, necessitavam eliminar hábitos prejudiciais como: defeitos físicos, vícios, excessos, prazeres, jogos; para tal, era recomendado que exercícios físicos fossem realizados com energia e potência, propiciando virilidade aos homens (MENDES, 2008). Aproveitando-se desse contexto, Fernando de Azevedo dava ênfase ao exercício físico como instrumento para modelar e moldar a estrutura humana.

O Ministério de Guerra, no ano de 1929, determinou a prática de Educação Física obrigatória para toda a população brasileira a partir dos seis anos de idade que frequentasse as instituições de ensino e estabeleceu a supervisão e coordenação do Conselho Superior de Educação Física de todas as ações que envolvessem esporte e Educação Física no Brasil (CASTELLANI FILHO, 2010). Desse modo, como afirma Castro (1997), a obrigatoriedade da área em todos os estabelecimentos de ensino, federais, municipais e particulares, demonstrou a



sua força e consolidou a área, resultando em uma nova perspectiva da Educação Física: higienista.

Podemos propor que Fernando de Azevedo, para além da reforma educacional, propôs uma reforma higienista, pois os pilares que sustentavam sua melhoria das condições da sociedade centravam-se na educação e saúde, elaborando um projeto de escola pública atendendo essa proposição, com democratização do ensino, educação higiênica e a inclusão da “Educação Física” para isso (GÓIS JUNIOR, 2009). Nessa reforma, os hábitos de higiene ocupavam o lugar de destaque na educação, com fichas médicas e dentárias, medidas antropométricas e hábitos das crianças e, principalmente, uma avaliação na qual as crianças eram classificadas e encaminhadas às clínicas escolares com atendimento médico e odontológico, evitando a degradação física, conforme o discurso higienista da época (ARAÚJO; ARAÚJO, 2013).

A perspectiva higienista valoriza o desenvolvimento físico e moral por meio dos exercícios físicos, preocupando-se com o desenvolvimento dos hábitos de saúde e higiene na população do país, potencializando o saneamento público, a formação de homens sadios e fortes, na busca de uma sociedade livre de doenças infecciosas e dos vícios (DARIDO, 2003; GHIRALDELLI JÚNIOR, 2004). Fortalecendo essa ação, o Governo provisório de Vargas, em 1930, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e adotou as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física com a inserção do método ginástico francês no ensino (CASTRO, 1997).

O contexto histórico da época demonstrava como necessárias essas ações de higiene para a população, pois o país encontrava-se em péssimo hábito sanitário, com epidemias frequentes, surtos de doenças e condições insalubres de saneamento básico. Neste sentido, Fernando de Azevedo apontava:

[...] quem tenha tido o ensejo de observar e experimentar ao vivo o estado de miséria física e social de grande parte da população escolar, de centros urbanos e rurais, não pode passar despercebida a necessidade de incorporar, nas reformas, planos de assistência higiênica e alimentar as crianças pobres, de uma população, sem seiva, sugada até à medula menos pela miséria do que pelas verminoses, pela sífilis e pelas endemias. Mas, entregando-me rasgadamente a uma política de assistência social, sentia que todo esse esforço não atingiria os objetivos visados, se, ao mesmo tempo, não procurasse pôr em via de solução o problema do tratamento das crianças enfêrmas das escolas públicas (AZEVEDO, 1934, p. 184).

Com isso, os pensadores brasileiros denotam a falta de intervenção do Estado e de cuidados para com a população brasileira. Como possibilidade de auxílio, Fernando de Azevedo sinalizava para uma ideia de educação integral, esta incorpora a dimensão moral, física e intelectual, as quais segundo ele. A educação integral, proposta pelo autor, era defendida como uma forma de direito das crianças e de deveres dos educadores (GÓIS JUNIOR, 2009). O propósito higienista da sociedade não estava presente apenas nos discursos de Fernando de Azevedo, mas também nos de Rui Barbosa, com ideias pedagógicas com relação à anátomo-fisiológica, que idealizava uma transformação política, social e econômica com os hábitos de higiene promovidos pela educação (ARAÚJO; ARAÚJO, 2013).

Fernando de Azevedo, na visão de Magalhães (2005), estimulava as práticas higiênicas como forma de estabelecer fins como a cooperação, a noção de trabalho, as percepções e tarefas sociais dos alunos enquanto cidadãos. Assim, os objetivos da época com relação às atividades físicas, segundo Fiorante (2003 p.13):

Pressupostos básicos da Educação Física higienista eram a formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos à ação. Assim, a ginástica, o desporto, os jogos recreativos propostos nas escolas deveriam, antes de tudo, disciplinar e domesticar os hábitos dos corpos, no sentido de afastá-los de práticas que provocam a deterioração da saúde e da moral, o que comprometeria a vida coletiva.

Fernando de Azevedo contribuiu para estruturação da Educação Física no Brasil, com essas relações no movimento higienista brasileiro, tendo, como objetivo principal, conforme a própria fala dele em discursos na época: promover o controle social, melhorar as qualidades raciais das gerações futuras e proteger a sociedade de prejuízos (ARAÚJO; ARAÚJO, 2013). Para Góis Júnior (2009), Fernando de Azevedo foi influenciado pelo pensamento europeu, que compreendia o ser humano como uma máquina, de modo que a proposta do educador buscava atingir esse objetivo, preparando os estudantes por meio da Educação Física, como relata:

Ora, se o jogo das causas econômicas e o progresso das máquinas desenvolveram, na sociedade atual, o predomínio da indústria, que criou uma civilização em mudança; o alargamento quantitativo das sociedades, com a multiplicação dos círculos e dos contatos sociais, trouxe, em consequência, o desenvolvimento das ideias igualitárias, que presidem à nossa evolução social. A educação nova, nas suas bases, na sua finalidade e nos seus métodos, não podia, pois, fugir, de um lado, às ideias de igualdade, de solidariedade social e de cooperação que constituem os fundamentos do regime democrático, e por outro lado às ideias de tese racional, trabalho criador e progresso científico, que guiam a sociedade cada vez mais libertada da tirania das castas e da servidão dos preconceitos (AZEVEDO, 1934, p. 17).



Para Castellani Filho (1994), a Educação Física era positivista, com orientações para formar homens disciplinados e com cuidados direcionados à higiene e saúde e as mulheres com os princípios de saúde e direcionadas para fisicamente tornarem-se mães. Duarte e Oliveira (2006) realizam críticas à proposta de Fernando de Azevedo, principalmente, com relação às previsões de práticas para cada sexo, em que as aulas de Educação Física, apesar de obrigatórias para ambos os sexos no ensino primário e secundário, eram separadas entre meninos e meninas, para que os meninos pudessem ser treinados em seu desempenho físico e as mulheres, com os aspectos de beleza. Com relação a essas críticas, Castellani Filho (1994) também expressa as suas:

[...] Ao propor a extensão da ginástica a ambos os sexos na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os níveis, externou sua opinião a respeito da necessidade de oferecer às mulheres atividades ginásticas que atentassem para harmonia de suas formas femininas e as exigências da maternidade futura [...] (p. 58).

As críticas da perspectiva da “Educação Física” na época são relacionadas à visão da mulher, principalmente, em que Fernando de Azevedo e Rui Barbosa são criticados por, na visão higienista, defender que as mulheres realizassem nas aulas de Educação Física trabalhos manuais, jogos e atividades compatíveis (ao considerado na sociedade da época) como compatíveis para a função de “ser mãe” (ROMERO, 1990; CASTELLANI FILHO, 1994).

O intuito do Fernando de Azevedo era uma escola obrigatória e igualitária, com a educação como processo de modernização do país, com um sistema educacional moderno, em que a Educação Física se configura com o novo regime com o objetivo de formar indivíduos fortes e saudáveis para a execução do trabalho, possuindo, principalmente, bases biológicas e que, juntas com a moral burguesa de um corpo saudável para o desenvolvimento de uma nova ordem social, colocassem na área um caráter científico e higienista que considera a “Educação Física” essencial e eficiente para garantir a saúde do corpo (ARAÚJO; ARAÚJO, 2013).

Para isso acontecer, intelectuais, como Rui Barbosa e Fernando de Azevedo, propuseram a visão romântica renovadora de que os alunos poderiam modificar hábitos e remover a sujeira social da classe operária. A “Educação Física” emergiu nesse discurso como uma forma de ciência positivista hegemônica que concebe o homem como um ser biológico e que é histórico apenas para a produção do modo capitalista e a reprodução da vida (ARAÚJO; ARAÚJO, 2013). Azevedo acreditava ainda que a escola poderia proporcionar educação e



saúde, incluindo hábitos de higiene nos estudantes e em seus lares, com a integração da educação (GÓIS JUNIOR, 2009).

Dessa forma, Mello (2014) afirma que a Educação Física se desenvolveu desse modo na educação básica e, com a Constituição Brasileira de 1937, tornou-se disciplina obrigatória no ensino primário e secundário, embora fosse facultativa nas instituições de ensino superior. Conforme o artigo 131 daquela Constituição: “A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência” (BRASIL, 1937). A Lei nº 01 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, nos artigos 131 e 132, tratava da Educação Física no ensino, com a obrigatoriedade em todas as escolas do país (primárias, normais e secundárias) com a promoção da moral e o disciplinamento físico (CASTELLANI FILHO, 2010).

Essa reorganização, para Castro (1997), auxiliou na criação da Divisão de Educação Física (DEF), subordinada ao Departamento Nacional de Educação. Em 1939, foi criada a Escola Nacional de Educação Física vinculada à Universidade do Brasil (Decreto Lei nº 1212/39), cuja principal justificativa de criação era baseada no artigo 131 da Lei nº da Constituição vigente, que, ao obrigar a Educação Física em todas as escolas, estendeu o aconselhamento aos outros estabelecimentos de ensino (CASTELLANI FILHO, 2010). Com esse Decreto, o professor de Educação Física passou a ser obrigatório em todas as instituições de ensino primárias:

Art. 35. A partir de 1 de janeiro de 1941, será exigido, para o exercício das funções de professor de educação física, nos estabelecimentos oficiais (federais, estaduais ou municipais de ensino superior, secundário, normal e profissional, em toda a República, a apresentação de diploma de licenciado em educação física. Parágrafo único. A mesma exigência se estenderá aos estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário, normal e profissional, de todo o país, a partir de 1 janeiro de 1943 (BRASIL, 1939).

Para tanto, podemos dizer que Fernando de Azevedo criticou a educação tradicional em que o Estado deixou os assuntos de saúde para segundo plano, e o educador proporcionou para a história da Educação Física contribuições que trouxeram reconhecimento da área na época, assim como para sua solidificação no ambiente escolar. Podemos considerar também que o cenário argumentativo em que se movimentou o autor corresponde ao projeto de uma nação, que, de um lado, aspira a incluir-se no âmbito da modernização e da industrialização e, de outro, no cenário de uma sociedade democrática. Azevedo, alimentado pelos ideais de uma



ciência positivista, inspirado em Émile Durkheim, apostou fortemente no sentido positivo da ciência e dos métodos inovadores, constituindo um panorama de defesa da educação escolar e do direito à educação das maiorias.

Nesse bojo, no entanto, mesmo tendo uma face, aparentemente, “progressista” para a época, não podemos deixar de apontar que o discurso de Fernando de Azevedo faz parte de um modo de justificação da Educação Física na escola, que se ancora fortemente no discurso higiênico e eugênico. Sua concepção de corpo parece não ilustrar sua concepção de projeto radical de construção de uma nação democrática, tal como foi manifestado no documento Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo constituiu-se na análise das contribuições de Fernando de Azevedo para a Educação Física no Brasil, em que o educador, um grande apreciador da eugenia e dos métodos higienistas implantados nas escolas trouxe a perspectiva de salvação para a juventude do país. As questões tratadas pelo educador à época trouxeram importantes contribuições para a introdução da “Educação Física” na escola. Os ideais de transformação da sociedade, por meio da educação, levaram o autor a criar uma ideia de formação de cidadãos saudáveis, facilitando a aceitação da área na escola.

Para tanto, Fernando de Azevedo, além de cunhar o termo científico “Educação Física”, foi responsável por incluir a área como disciplina obrigatória no ensino primário e secundário do Brasil, garantindo seu reconhecimento, inclusive, pela elite brasileira da época. No entanto, do ponto de vista crítico, encontramos, no conjunto da obra desse autor, um vínculo com o higienismo do início do século XX e suas contribuições para a emergência da “Educação Física” que parecem localizar-se nesse domínio. A crítica que se endereça, de várias partes, parece localizar que, nesse ímpeto reformador, oculta-se uma forma de educação que não é tão libertadora e emancipatória, mas que se coloca em certo aspecto moralizador por meio de exercícios físicos. Atributo em parte que é um entendimento de época acerca da natureza da ciência. Hoje, despidos desse ideal positivista, podemos analisar o sentido contraditório do discurso higienista do século XX e verificar que ele tendia a uma construção moralizante da cidadania (bem-comportada e dócil) para o trabalho industrial nascente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Fernando de Azevedo – Biografia, 2017. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D181/biografia> Acesso em 12 jun. 2022.

ARAÚJO, Luís Henrique Silva de; ARAÚJO, Benedito Carlos Libório Caires. Educação física e higienismo: Em nome da saúde do corpo social. **VII Colóquio Internacional educação e contemporaneidade**, 2013.

AZEVEDO, Fernando. **Novos caminhos e novos fins**. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Brasília, DF, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 12 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/4/1939, Página 9073 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1939, Página 97 Vol. 4, 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12 jul. 2022.

BONORINO, L. Lope. Fernando de Azevedo e a Educação Física. Revista de Educação Física / **Journal of Physical Education**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1–3, 1933. Disponível em: <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/1145>. Acesso em 12 jul. 2022.

BUSCH, Reynaldo Kuntz. **Evolução e organização atual do Ensino Normal de São Paulo**. In: ROCCO, Sebastião. (Org.). Poliantéia do centenário. São Paulo, Governo do Estado, 1946.

CARREIRA, Denise. **Fernando de Azevedo-GLOSSÁRIO**. Revista Educação (nº 37), 2001. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_fernando_azevedo.htm. Acesso em 12 jul. 2022.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**, 4 ed. Campinas: Papyrus, 1994.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**. A história que não se conta. 18. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2010.

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. Antropolítica, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1997.

CECCO, Bruna Larissa; BERNARDI, Luci Teresinha Marchiori dos Santos; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. As influências do pensamento educacional de Fernando de Azevedo.



Linguagens, Educação e Sociedade, **Revista do Programa de Pós- Graduação em Educação da UFPI**, ano 01, n. 02, 2017.

COSTA, Cláudia. Fernando de Azevedo e a defesa da educação para todos. **Jornal da USP (online)**. Publicado em: 10/06/2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/fernando-de-azevedo-e-a-defesa-da-educacao-para-todos/> Acesso em 12 jul. 2022.

CUNHA JUNIOR, C.F. Os exercícios gymnasticos no Collegio Imperial de Pedro Segundo (1841-1870). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.1, p.69-81, 2003.

COSTA, Lamartine Pereira da. Significados históricos de “Arquivos da ENEFD” no Contexto da Educação Física Brasileira. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.95-98, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9053/7183>. Acesso em: 14 jan. 2022.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DUARTE, C.P e OLIVEIRA, F.F. Discurso dos professores e professoras de Educação Física sobre o relacionamento de meninos e meninas. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**. Florianópolis, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/O/Oliveira-Duarte_07_B.pdf Acesso em 12 jul. 2022.

FIORANTE, F.B. Educação Física Escolar: (Re) vendo os pressupostos e a prática pedagógica. Piracicaba. 2003. 130 p. **Dissertação (Mestrado em Educação Física)**. Universidade Metodista de Piracicaba, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista: A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Modernismo, raça e corpo: Fernando de Azevedo e a questão da saúde no Brasil (1920-1930). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 30 (2), 35-56, 2009.

GONDRA, José G. **Combater a “Poética Pallidez”**: a questão da higienização dos corpos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. especial, p. 121-161, 2004.

LIMA, Ariza Maria Rocha. A eugenização da raça brasileira pelo corpo feminino: a defesa da educação física para a mulher. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v 7, n.40. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd40/mulher.htm>. Acesso em: 14 jan. 2022.

LOURENÇO FILHO, Manoel Berström. **A pedagogia de Rui Barbosa**. 4. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.



MAGALHÃES, Fernando. **Apontamentos sobre Fernando de Azevedo: Pioneiro da Psicomotricidade na Escola Pública Brasileira.** Profala, 2005. Disponível em: <http://www.profala.com/artpsicomotricidade2.htm> Acesso em 12 out. 2021.

MELLO, Rosângela Aparecida. **Necessidade histórica da Educação física na escola: os impasses atuais.** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. O Brazil-Medico e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online].** v. 15, n. 1, pp. 209-219, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000100013>. Acesso em 14 jan. 2022.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dicionário **Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova>. Acesso em 12 jul. 2022.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo: educação e transformação.** Recife: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. **Estudos Avançados [online].** 1994, v. 8, n. 22, pp. 181-184, 1994 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000300016>. Acesso em 12 jul. 2022.

ROMERO, Elaine. Estereótipos masculinos e femininos em professores de Educação Física. São Paulo, 1990. 375p. **Tese (Doutorado em Psicologia).** Universidade de São Paulo, 1990.

VILLELA, Heloísa de O. S. **Entre o “saber fazer” e a profissionalização a escola normal do século XIX e a constituição da cultura profissional docente.** In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck e CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (orgs.). A educação escolar em perspectiva histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.